

A AGÊNCIA INDÍGENA NO CONTATO COM PORTUGUESES NO SERTÃO DA BAHIA NO SÉCULO XVII**THE INDIGENOUS AGENCY IN CONTACT WITH THE PORTUGUESE PEOPLE IN THE HINTERLAND OF BAHIA IN THE 17TH CENTURY**

Resumo: Na segunda metade do século XVII, quando o processo de colonização portuguesa começava a se interiorizar, avançando sobre as terras indígenas, colonos e nativos desenvolveram estratégias de contato diversas, ora estabelecendo alianças, ora praticando uma política de guerra, levada a efeito contra os povos indígenas do sertão da Bahia, que resistiram à sobreposição do espaço colonial aos seus territórios. Assim, esse artigo procura mostrar, a partir de documentos históricos referentes à administração colonial portuguesa do Brasil, especificamente da capitania da Bahia, a diversidade de formas assumidas nos contatos entre indígenas e europeus na colônia, procurando destacar que as ações indígenas no contato com os brancos podem ser interpretadas pelas noções de acomodação e meio-termo, cunhadas pelo historiador estadunidense Richard White, caracterizando os indígenas como corresponsáveis pela constituição das relações coloniais das quais partilharam, e não meras vítimas da dominação portuguesa.

Maria Fátima Melo**Toledo**

Doutora em História pela
Universidade de São Paulo
(USP).

melotoledo@gmail.com

Palavras-chave: Agência indígena. Sertão. Colonização. Bahia.

Abstract: In the second half of the 17th century, when the Portuguese colonization process began to move inland, advancing on indigenous lands, settlers and natives developed different contact strategies, sometimes establishing alliances, sometimes practicing a war policy, carried out against the indigenous peoples of the sertão of Bahia, who resisted the overlapping of the colonial space with their territories. This article seeks to show, from historical documents referring to the Portuguese colonial administration in Brazil, specifically the captaincy of Bahia, the diversity of forms assumed in contacts between indigenous people and Europeans in the colony, seeking to highlight that indigenous actions in contact with whites can be interpreted by the notions of accommodation and compromise, coined by the American historian Richard White, characterizing the indigenous people as co-responsible for the constitution of the colonial relations they shared, and not mere victims of Portuguese domination.

Keywords: Indigenous agency. Hinterland. Colonization. Bahia.

DOI: <https://doi.org/10.4013/rlah.2023.1.6>

1. Introdução

Durante décadas, a agência indígena esteve ausente dos estudos historiográficos, especialmente devido ao caráter fragmentário, incompleto e oficial dos registros históricos para o período colonial, que dificultava a sistematização dos dados, a definição de hipóteses e análises conclusivas. Nesse sentido, orientada por fontes coloniais, que incluem desde crônicas de viajantes, como Antonio Pigafetta, Pero Lopes de Souza, Anthony Knivet, a relatos de expedições pela costa ou interior da colônia, como os textos fundamentais de Gabriel Soares de Souza, Pero Magalhaes Gandavo e Jean de Lery, cartas e demais documentos dos missionários jesuítas, franciscanos e capuchinhos, uma importante historiografia dedicou-se a pesquisar, com percepção crítica sobre as fontes, alguns aspectos das sociedades indígenas, especialmente Tupinambá, sem, no entanto, lograr apresentar a diversidade de povos e línguas nativos.

Temas como o debate sobre a “natureza do homem” na América, a organização social indígena, o caráter da guerra enquanto estruturante dessas sociedades, a escravidão indígena e a transição para a mão de obra africana, predominam na historiografia colonial brasileira até os anos 1980. Inserem-se, nessa tradição, importantes trabalhos sociológicos e históricos, como os de Fernandes (1989), Clastres (1979), Schwartz (1988) e Hemming (1978), dentre outros.

A década de 1990, marcada por transformações de caráter econômico, social e cultural em nível mundial, cujos reflexos atingiram a pesquisa e a escrita da História, assistiu à renovação e ampliação dos estudos históricos sobre os povos indígenas. Esse movimento, que se iniciou ainda nos anos 1970, na América do Norte, especialmente nos Estados Unidos, a partir da oposição entre o cenário político e cultural explosivo, exterior à academia, e as tendências disciplinares tradicionais que predominavam sobre a história dos povos indígenas da América do Norte, tem no historiador estadunidense Richard White um grande divulgador, com seu *The Middle Ground Indians. Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815*, de 1991.

Inserido na *New Indian History*, White (1991), ao introduzir o conceito de “middle ground”, normalmente traduzido por “meio termo”, inovou a escrita da história da América do Norte colonial, destacando a ação indígena e a formação de um processo de acomodações e compromissos na região dos Grandes Lagos, na qual, entre os séculos XVII e XVIII, nativos algonquinos e agentes coloniais franceses interagiram em meio ao complexo processo de contato colonial

Da mesma forma, no Brasil, a década de 1990 promoveu significativas mudanças nas abordagens historiográficas, com a realização de novas pesquisas e novos olhares sobre as sociedades indígenas. Fortemente influenciada pela historiografia estadunidense, a chamada Nova História Indígena brasileira se constituiu a partir do diálogo estabelecido com a Antropologia, elevando os estudos históricos a outro patamar, trazendo para o centro das discussões, dentre outros temas, a agência indígena, em oposição à tradicional visão historiográfica que, frequentemente, mostrava os povos indígenas como vítimas da política colonial, sendo assimilados ou invisibilizados.

Nesse sentido, a *História dos Índios no Brasil*, de 1992, organizado pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, foi de fundamental importância para os estudos históricos, pois trouxe o protagonismo indígena para primeiro plano, tornando-se referência obrigatória a todos os pesquisadores dessa área do conhecimento. Criticando a historiografia que mostrava os nativos, exclusivamente, como vítimas do sistema colonial, Cunha (1992) afirma que, “escrita com boas intenções e má consciência”, essa historiografia apresentava um fundamento teórico equivocados: escrita a partir da visão da metrópole, essa se tornava o eixo condutor da história dos povos indígenas. Assim, “além da eliminação física e étnica dos índios”, eles também deixaram de existir enquanto agentes da própria história, como sujeitos da história. (CUNHA *et al*, 1992, p. 18).

Com o objetivo de inserir os nativos no processo colonizador como agente da sua própria história, a *História dos Índios no Brasil* reuniu uma série de textos produzidos, especialmente por antropólogos, que discorriam sobre os mais diversos temas, como fontes da história indígena, política e legislação indigenista, da Amazônia à região Sul, do período colonial ao século XX. Do ponto de vista da escrita da história colonial, destacam-se os capítulos produzidos por Moisés (1992), “Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”, Dantas, Sampaio e Carvalho (1992), “Os povos indígenas no Nordeste brasileiro. Um esboço histórico” e “Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI e XVII”, de Monteiro (1992).

É desse último também o livro *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, publicado em 1994, que mudou a maneira como até então se estudava a história de São Paulo colonial. Originalmente escrito como Tese de Doutorado na Universidade de Chicago,

EUA, em 1985 – quando, no Brasil, predominavam os estudos sobre a mão de obra africana escravizada – *Negros da terra* tem por tema principal o emprego da mão de obra indígena, escravizada ou não, nos aldeamentos jesuíticos da vila de São Paulo de Piratininga. Monteiro (1994) foi pioneiro em destacar o importante papel desempenhado pelos indígenas na história de São Paulo, além de desmistificar a noção usual de que os bandeirantes, em sua marcha pelos sertões em busca de mão de obra indígena, colaboraram para a expansão territorial e povoamento do Brasil.

A partir da segunda metade dos anos 1990, floresceram pesquisas orientadas pela perspectiva interdisciplinar entre História e Antropologia, com numerosos trabalhos tendo nas missões catequéticas o espaço privilegiado das suas análises. No Brasil, como em outros países latino-americanos, historiadores e antropólogos, se dedicaram ao estudo das manifestações de religiosidade indígena, dado o impacto do processo de evangelização sobre as culturas indígenas, empreendido por jesuítas, capuchinhos e franciscanos, dentre outros, a partir do século XVI.

Nesse contexto, destaca-se o trabalho de Gruzinski (1995), *A colonização do imaginário*, no qual o historiador discute a noção de idolatria, empregada pelos missionários para deturpar as manifestações de religiosidade indígenas. A partir das noções de “cristianização do imaginário” indígena e a “indigenização” do “sobrenatural cristão”, Gruzinski (1995) expõe o processo de “hibridismo cultural” no México, nos dois primeiros séculos de colonização.

Essas noções norteiam também a análise de Ronaldo Vainfas (1995), que, situando-se no campo da História Antropológica, inovou os estudos sobre as relações entre nativos e jesuítas no Brasil colonial com *A heresia dos índios*, em 1995. Utilizando o conceito de “formação cultural híbrida”, a partir de Carlo Ginzburg, Vainfas logrou desvendar o caráter híbrido da Santidade do Jaguaripe, ritual indígena no qual os *caraíbas* que, periodicamente, visitavam as aldeias, exortavam os nativos a guerrear e a buscar a morada de seus heróis antigos, “a terra onde não se morria jamais” (Vainfas, 1995, p. 110). Analisando as formas culturais que compunham a Santidade, o historiador caracterizou o ritual como um fenômeno de aculturação de “mão dupla”, que permitia a incorporação de elementos originários da própria pregação inaciana e a adaptação dos jesuítas às tradições Tupi.

Na década seguinte, a historiografia sobre os povos originários aprofundou as percepções sobre o papel do indígena na colonização, dedicando-se à produção de trabalhos envolvendo a

catequese, a organização dos aldeamentos missionários, o trabalho indígena etc. Destacam-se, nessa linha, os trabalhos de Pompa (2001), Almeida (2003), Lima (2003), Resende (2003) e Carvalho Jr. (2005), dentre outros, que se inserem nesse movimento de renovação da historiografia indígena no Brasil, buscando enfatizar a participação indígena como coparticipante da sua história ao resistir aos desdobramentos da organização e política coloniais.

Outra forma de agenciamento indígena foi o estabelecimento de alianças e acordos entre indígenas e colonos, com o sentido de acomodação, conforme estabelecido por White (1991). Empregando como metáfora o desgaste provocado nas rochas pelo mar, o historiador define: “O encontro do mar com o continente, como o encontro de brancos e indígenas, tanto cria quanto destrói” (White, 1991, p. XXV). Nesse encontro em um mesmo espaço social e geográfico compartilhado pelos diferentes grupos, algo de novo ocorre, observa o autor, produzindo novos significados e novas práticas. (WHITE, 1991, XXVI).

2. A agência indígena: as alianças entre indígenas e colonos

A prática de firmar alianças com os indígenas, criando um espaço de acomodação colonial, repetia-se em outras capitanias como mostra a carta do governador-geral Diogo de Menezes à coroa portuguesa. Referindo-se ao Maranhão, o governador ponderava que sem o auxílio dos próprios nativos “mal se poderá remediar ou povoar tão larga costa, assim para se defender aos estrangeiros como de a cultivarem”. Para conquistar o Maranhão, Menezes considerava que a solução estava em empregar uma “força moderada” com os nativos, de modo a não espantá-los dos portugueses, o que sem dúvida seria causa de um “desastre”. Por “força moderada”, o governador entendia que os custos necessários para firmar alianças poderiam ser modestos pois “a gente que se há de conquistar se há de levar mais por invenção que por força, pois o que se conquista são as suas vontades” (Anais da Biblioteca Nacional, vol. 57, p. 75). Esta opinião era compartilhada por colonos que percorreram o sertão da Bahia, desde o começo do século XVII, e mantiveram contato com seus primitivos habitantes. Cientes da necessidade de “conquistar” suas vontades, sertanistas, ao contrário dos governadores-gerais, lograram firmar alianças com diversos grupos indígenas, que permitiram a ambos a permanência nas terras e a manutenção do modo de vida indígena.

Para análise das relações entre a sociedade colonial e populações nativas no sertão da Bahia, partimos do aporte teórico de White (1991), principalmente do conceito de *middle ground*, buscando enfatizar a agência indígena e sua historicidade, “não como o Outro silenciado e domesticado da historiografia tradicional, mas como parte essencial do processo histórico” (AVILA, 2011, p.266) que gerou as modernas sociedades.

O conceito de *middle ground*, usualmente traduzido como “meio-termo”, refere-se tanto à uma área geográfica – no caso do livro de White (1991), a região dos Grandes Lagos, entre Canadá e EUA – quanto ao terreno social, onde se desenvolvem as relações entre indígenas e colonos. O conceito, porém, não se relaciona à aculturação, sendo essa definida pelo autor como “um processo no qual um grupo se torna semelhante a outro por meio do “empréstimo” de traços culturais distintos. “A aculturação ocorre sob condições nas quais um grupo dominante é amplamente capaz de ditar o comportamento a um grupo subordinado”, escreve White (1991, p. XXVI).

O “meio-termo”, ao contrário, trata-se do resultado de ajustes e acomodações feitas à medida que tanto indígenas quanto os europeus buscavam benefícios uns dos outros e tentavam sobreviver a novas realidades sociais. “O meio-termo é o lugar intermediário [*in between*]: entre culturas, povos e entre impérios e o mundo não-estatal das aldeias” (WHITE 1991, p. XXVI).

É dessa forma que ,será entendida, nesse trabalho, a região do rio São Francisco, no interior da Bahia, amplo território no qual, viviam, nas primeiras décadas do século XVII, diversas aldeias pertencentes à família Kariri, dos quais se conheciam apenas quatro línguas, Kipea, Dzubukuá, Kamuru e Sapuya (DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1992, p. 432).

Os primeiros contatos entre portugueses e indígenas no sertão da capitania da Bahia ocorreram, no entanto, cerca de cem anos antes, com a expedição de Francisco Bruna Espinosa ao interior. Conforme a narrativa do jesuíta Juan de Azpicuelta Navarro (1554), em seu caminho a entrada se deparou com inúmeras tribos de “índios contrários”, entre os quais os “Mapuya” (Sapuya), os Catiguçu e os Tamoyo, que viviam então na margem esquerda do rio São Francisco. (LEITE, 1954, p. 247)

Na segunda metade do século XVII, diversas expedições seriam realizadas ao sertão da Bahia. Essas entradas promoveram os primeiros contatos com os “tapuias” do sertão e, embora as informações registradas sobre estes povos sejam muito fragmentárias e pouco consistentes,

referindo-se, com frequência, apenas a grupos cujos etnônimos são de difícil identificação, elas nos forneceram uma noção da grande diversidade e da presença dos povos indígenas no sertão do São Francisco, como os Kariri, descritos por Martinho e Bernardo de Nantes, localizados na margem pernambucana do Médio São Francisco; os Oris, nas serras de Picarassa e Tuyuba; os Orocuyu, entre o rio São Francisco e Jacobina; os Paiaia, Sapocaya, Tocó, Moritizes, Borcás, Cuparans e Separenhenuã, nas serras de Jacobina. (POMPA, 2001, p. 324).

Essas eram algumas das oitenta aldeias que as fontes jesuíticas afirmavam existir na região de Jacobina, por volta de 1655. No sertão do São Francisco, ainda, próximos às atuais cidades de Juazeiro e Petrolina e na barra do rio Salitre, viviam os Okren, Sakrakinha, Tamaquin, Koripó, Massakarará e Pimenteiras No Baixo São Francisco, entre Juazeiro e a cachoeira de Paulo Afonso, viviam os Amoipira, grupo Tupi relatado por Gabriel Soares de Sousa em 1587 (1987) e Frei Vicente Salvador, em 1627; os Proká, Pankararu, Aramurus e, no sertão central de Pernambuco, os Xocó e Karapotó (DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1992, p. 432).

A estratégia de firmar alianças com os nativos do sertão da Bahia de modo a obter mais terras de pastagens não era nova para os colonos portugueses do século XVII, tampouco para os grupos indígenas do sertão. Ainda no século XVI, Gabriel Soares de Sousa informava que, logo depois de sua chegada à colônia, Tomé de Sousa se dirigiu à capitania de Ilhéus, para aquietar os nativos após a morte do donatário Francisco Pereira Coutinho, pois indígenas que sobreviveram se defendiam “ora com armas, ora com boas razões”, indicando a agência indígena para a obtenção ou manutenção de suas terras e liberdade.

O contrário também é verdadeiro: as ações indígenas mostram que, desde o primeiro século de colonização, os nativos buscam defender os próprios interesses também quando esses diferem dos interesses dos portugueses, como em 1560, quando os indígenas da aldeia de São João, na Bahia, liderados pelo principal Mirengoaba, migraram para o sertão do rio São Francisco, por se recusarem a acompanhar Mem de Sá na guerra contra os Tamoios e franceses, no Rio de Janeiro (Leite, 1954).

No século seguinte, na Bahia, em diversas ocasiões, o auxílio que os nativos prestaram à ocupação e defesa do território, deslocando-se de suas terras para se aldear junto aos enclaves coloniais, foi obtido por meio de uma política de alianças entre índios e colonos, que atendia interesses de ambos. “Sem desconsiderar a violência e a opressão da conquista”, escreve

Almeida (2003), “é possível perceber que as atitudes dos índios em relação aos colonizadores não se reduziram, absolutamente, à resistência armada e à submissão passiva” (Almeida. 2003, p. 33). Segundo a historiadora, nos contatos com os brancos, os indígenas encontraram formas de sobreviver e de garantir melhores condições de vida, estratégia que a autora denomina de resistência adaptativa.

A opção por integrar-se ao processo de colonização não foi incomum no sertão da Bahia. Os colonos eram hábeis negociadores e lograram obter importantes alianças com alguns grupos indígenas, que assim tinham suas vidas e interesses garantidos. A família Adorno, de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, é um exemplo a ser citado. Um dos primeiros de uma sucessão de sertanistas, Álvaro Rodrigues obteve aliança com os Aimoré, que dificultavam o avanço dos colonos nos rios Jaguaripe e Paraguaçu, em 1603. Por meio da oferta de panos de algodão, redes, espelhos, pentes, facas e vinho, e terras muito mais produtivas e férteis, os indígenas se fixaram nas suas terras de Cachoeira. (SALVADOR, 1965, p. 334).

Da mesma forma, Afonso Rodrigues Adorno, membro da mesma família, fez entrada ao sertão do rio São Francisco, na primeira metade do século XVII, na qual “desceu” índios Paiaia, estabelecendo também nas férteis terras de Cachoeira. Na segunda metade do século, outro membro da família, Gaspar Rodrigues Adorno, mantinha a aliança com os nativos que viviam no sertão. Por isso, foi nomeado pelo conde de Atouguia para comandar uma entrada de guerra, pela sua experiência e conhecimento das línguas e “nações” que habitavam o sertão do Paraguaçu (AHU_CLF_CU, Bahia, Cx.13 – doc. 1583).

A família do grande proprietário de terras, Garcia d’Ávila, e seus parentes, mamelucos como Belchior Dias Moréia, mantinham alianças com indígenas dos sertões dos rios Real e São Francisco, desde os primórdios da colonização, o que permitiu o avanço de seus domínios em direção ao interior, ainda no começo do século XVII. Conforme petição de Garcia d’Ávila e do tio, o padre Antonio Pereira, as terras do sertão de Rodelas, em litígio com o secretário de Estado, Bernardo Vieira Ravasco, foram “descobertas” pelos suplicantes, que alegavam o dispêndio de mais de dois mil cruzados em mercadorias para os nativos para “poder obrigar ao conhecimento e povoação das ditas terras”.

Apesar de cederem seu território no sertão, muitas vezes por terras mais prósperas próximas ao litoral, as alianças com os novos senhores das terras resultavam, normalmente, na

formação de um contingente de tropas auxiliares de modo a suprir as necessidades de apoio militar, transformando os indígenas em algo próximo ao que Alencastro denominou de “jagunços do senhoriato” (Alencastro, 2000, p. 123). Nesse sentido, mais de uma vez a presença dos nativos aliados da família Garcia d’Ávila foi decisiva na organização de entradas de guerra ao “gentio bravo”, termo que identifica, na documentação colonial, o nativo cuja agência se constituía na resistência armada ao avanço da colonização.

Diversas vezes os colonos utilizaram-se desse contingente de nativos como soldados nas guerras que faziam aos indígenas das regiões de fronteira. O caráter fragmentário das fontes não nos permite afirmar, mas não é lícito supor que muitas dessas aldeias que vivam nas fronteiras da colonização eram povos “contrários” aos nativos do sertão, a quem interessavam as guerras promovidas pelos portugueses. Em 1669, o governador Alexandre de Sousa Freire sustentava ao Senado da Câmara da Bahia que em duas ações, principalmente, consistia o sucesso da jornada que se preparava ao sertão: a primeira, em contar, com a participação dos índios Rodela e Tamaquim, que viviam nas sesmarias da família Ávila, no sertão de Pernambuco, fundamentais para a jornada por lhes conhecer os caminhos. A segunda ação consistia em convencer os senhores de engenho e lavradores do Recôncavo a contribuir com açúcar, que seria revertido em dinheiro para a compra da munição e resgates necessários à obtenção de novas alianças com os índios do sertão, apontando as trocas que frequentemente ocorriam de modo a atender todos os interesses (DOCUMENTOS HISTÓRICOS, vol. 86, p. 173).

Em outra ocasião, Alexandre de Sousa Freire foi obrigado a aguardar o retorno à Salvador do padre Antonio Pereira, tio do sertanista Garcia d’Ávila Pereira, que se encontrava em suas terras no sertão de São Francisco, para finalizar a organização de mais uma entrada ao sertão. Conforme escreveu Freire ao Conselho Ultramarino, sem a presença do padre, os índios aliados da Casa da Torre “não queriam tomar sobre si este negócio”. Como o religioso tinha sob seu domínio grande quantidade de indígenas que, inclusive, conhecia a localização das suas aldeias “melhor que todos”, esperava que ele abrisse caminho até os índios rebelados (AHU_CLF_CU, Bahia, Cx.19 – doc.2214).

Do que foi descrito acima, percebe-se que era fundamental o apoio dos indígenas, por meio de alianças, para o avanço da colonização. Nesse sentido, o bom tratamento a ser dado aos principais das aldeias das quais se buscava auxílio, é destacado, de forma incisiva, nos

documentos do período. No Regimento que levava Domingos Calheiros na sua jornada ao sertão de Jacobina, em 1657, o governador Francisco Barreto recomendava que o principal dos Paiaia, Juqueripe, fosse tratado “com toda a benevolência”, recebendo, junto com os nativos, mais resgates que os outros chefes indígenas, pelo número de soldados que podia fornecer e por ser o mais respeitado entre os nativos (DOCUMENTOS HISTÓRICOS, vol. 5, p. 323).

Ajustadas, ou acomodadas, eram também as alianças entre as autoridades, colonos e nativos, modificando-se conforme esses últimos correspondiam ou não aos interesses dos portugueses. Segundo Hemming (1978), a cada ano era autorizado, pelos governadores, gastos com a aquisição de resgates para atrair os indígenas Paiaia do sertão do São Francisco: “onze trajes completos em 1663, grande quantidade de anzóis e seis dúzias de facas em 1664, roupas e ferramentas em 1665” (Hemming, 1978, p. 350). As tentativas, no entanto, foram infrutíferas, como mostrou o historiador e, nesse caso, quando fracassavam todas as possibilidades de tê-los ou mantê-los como aliados, o contato passava a ser por meio de ações belicosas, como a que levou o governador Alexandre de Sousa Freire a declarar guerra aos Paiaia, em 1669.

As alianças feitas com os indígenas do sertão do São Francisco estão relacionadas, principalmente, à ocupação daquele território por potentados coloniais que lograram obter dos governadores de Pernambuco e Bahia grandes extensões de terra, após a expulsão dos holandeses. Os sertanistas, muitas vezes, não exigiam que os nativos se retirassem de suas terras, desde que não boicotassem seus negócios. Com isso, lograram obter o apoio de algumas tribos de sertão, promovendo o que White (1991) denominou de acomodação, por meio da qual, nativos e colonos constroem, mutuamente, uma nova forma de vida nos quadros da colonização.

Frei Martinho de Nantes, ao chegar à aldeia de Aracapá, percebeu de imediato a troca de interesses que regia as relações entre colonos e indígenas no sertão. Por ser necessário escolher um novo capitão da aldeia Kariri, onde missionava, e por não haver acordo entre os índios quanto ao nome do novo capitão, três portugueses que habitavam próximos à missão foram nomeados para arbitrar a questão. Segundo o frei, os portugueses decidiram por aquele que tinha sempre se mostrado disposto a ajudá-los e prestar-lhes serviços (NANTES, 1979, p. 37).

Dois dos maiores proprietários de terras do médio São Francisco, João Peixoto Viegas e Antonio Guedes de Brito, estabeleceram alianças com os Paiaia, primitivos habitantes da terra, de modo a ocupá-los, principalmente, na defesa de suas sesmarias. O mestre-de-campo Guedes

de Brito, cuja família possuía terras no sertão dos Tocós desde o começo do século XVII, enviou expedições àquele sertão na década de 1650, de modo a persuadir os “Cariocas, Orizes, Sapóias e Caparaus” a se fixar nas suas terras e assegurar as fronteiras de Inhambupe e Natuba contra os assaltos de índios hostis. O sertanista deslocou também grande número de indígenas Paiaia para a abertura do caminho que conduzia de Salvador à Jacobina, com o gasto em “resgates” de mais de quinhentas cabeças de gado, “sem por isso, descompadar com os ditos gentios”, isto é, sem romper as alianças com aqueles nativos (SILVA, 1925, p. 231).

A relação do português João Peixoto Viegas, criador de gado e comerciante no Recôncavo, com os mesmos nativos é bastante elucidativa das relações de acomodação entre indígenas e brancos na colônia. Ao contrário do que aconteceu nas décadas anteriores, quando, por diversas vezes, rejeitaram os acordos com os brancos, os Paiaia, contatados por João Peixoto Viegas, mostraram-se “leais aos portugueses”. Desde 1665, o sertanista fazia, com sucesso, entradas ao sertão de Jacobina com o objetivo de persuadir os Paiaia a se fixarem em suas terras de Itapororocas e Jacuípe. Em 1675, Viegas se refere aos “contínuos benefícios com os quais afeiçoou” os Paiaia e à “muita fazenda” que gastava com a sua conservação (SILVA, 1925, p. 231).

As alianças obtidas na forma de acomodação entre indígenas e brancos, isto é, aquelas nas quais os nativos concordavam em se deslocar de suas terras e se fixar junto aos brancos, como as registradas no sertão do São Francisco com Garcia d’Ávila, Viegas e Guedes de Brito, são analisadas por parte da historiografia sobre o Brasil colonial como uma forma de resistência cultural, no sentido de que, sobrevivendo junto aos brancos, os nativos lograriam manter sua cultura ancestral. Alguns autores entendem estas alianças enquanto uma forma de escapar aos aldeamentos missionários, onde teriam dificuldades para manter seus antigos traços culturais.

Acordos entre senhores de terra e chefes indígenas são escassamente documentados no que diz respeito às motivações que levaram estes povos a fazer alianças com os brancos. A documentação, nesse caso, apenas registra o sucesso destas alianças em termos da reverência que alguns grupos demonstravam a certos colonos, como ao padre Pereira, da Casa da Torre, ou aos Adorno, de Cachoeira e a outros mamelucos que, como mostrou Metcalf (2005), usavam sua familiaridade com as línguas e costumes indígenas para negociar trocas que, aparentemente,

beneficiavam o principal indígena, mas que serviam, também, aos interesses dos colonos, como o deslocamento de aldeias inteiras para suas terras.

É preciso considerar, no entanto, que muitas alianças foram obtidas de forma compulsória, ainda que a legislação indigenista as condicionasse à persuasão dos índios, sem qualquer tipo de violência. Pela legislação, tratava-se de convencer os nativos do sertão de que era do “seu interesse aldear-se junto aos portugueses”, analisa Beatriz Perrone Moisés, “para sua própria proteção e bem-estar” (Moisés, 1992, p. 118). Aqueles indígenas que não fossem convencidos de tal, não deveriam ser forçados a se juntar aos colonos, previa o Regimento das Missões, de 1686. Mesmo em caso de “guerra justa”, era possível aos indígenas, voluntariamente, aceitar a sujeição e, assim, serem deslocados para as povoações e lá aldeados, como dispunha o Regimento de Gaspar Adorno, em 1654. Caso contrário, isto é, a opção pela não sujeição, significava a opção entre a morte ou a escravização e, conforme escrevia certo ministro do Conselho Ultramarino, em 1670, “menor mal o cativo que a morte” (LIMA, 2003, p. 115).

3. A agência indígena diante da fragilidade das alianças entre nativos e colonos no sertão.

Se a documentação colonial não nos permite aprofundar muito sobre as razões que levavam os nativos a se aliarem aos portugueses, ela registra, no entanto, a fragilidade de tais alianças, devido aos excessos cometidos pelos colonos contra os indígenas, e a falta de empenho em manter os acordos estabelecidos, que acabavam por gerar desconfiança por parte dos nativos. Neste caso, os colonos não hesitavam em fazer uso de manobras para reafirmar a sua aliança e manter os indígenas sob seu domínio. O mesmo João Peixoto Viegas, que elogiava a lealdade dos Paiaia, narra o levante e a fuga desse grupo de suas terras, motivados pela desconfiança de que o sertanista queria matá-los e cativar seus filhos. Arditoso, o colono saiu no encalço dos índios e, ao alcançá-los, se colocou na condição de inimigo do governador, afirmando, “com indústria”, que o governador “havia de o enforcar e a seus filhos se eles não tornassem”, com o que os índios retornaram ao aldeamento (SILVA, 1925, p. 231).

A necessidade de constantemente reafirmar as alianças entre colonos e índios, especialmente nos momentos em que havia necessidade de grandes contingentes, reforça o seu

caráter instável e pouco confiante, em que os acordos com os nativos eram raramente respeitados. Esse fato revela também, de forma notável, a ação indígena no sentido de fazer valer os acordos estabelecidos. Em 1665, os moradores de Maragogipe, Cachoeira e Sapora, persuadiram os índios Paiaia, instalados na serra do Guayraruru por ordem do governador-geral, a se deslocarem para aqueles distritos, de maneira a protegê-los dos ataques de indígenas inimigos. Em troca, ofereceram, ao principal de cada aldeia, seis vacas e uma égua para fazerem seus currais, além de touros e cavalos. Alguns moradores, no entanto, negaram-se a cumprir o combinado com os índios, exigindo do governador o envio de um destacamento composto por um capitão das ordenanças, um capitão-mor e um vigário, de modo a fintar o gado e dar o que cabia a cada principal das aldeias ali instaladas. (DOCUMENTOS HISTÓRICOS, vol. 4, p. 140).

Ao perceber o impacto negativo de tais alianças, no entanto, os nativos não hesitavam em abandonar os antigos aliados e se juntar a outros, muitas vezes contrários aos interesses dos primeiros. Conflitos com os missionários estabelecidos no sertão também levavam os indígenas a fazer alianças com os colonos. Durante o período em que Martinho de Nantes atuou junto aos Kariri, mais de uma vez os índios buscaram o auxílio do senhor daquelas terras, Francisco Dias d'Ávila, para escapar aos castigos e determinações do capuchinho.

Em uma ocasião, o capitão dos índios da Ilha do Cavalo foi se queixar do frei ao sertanista, que teria se oferecido para remover toda a aldeia para outra ilha, longe da interferência de Martinho de Nantes (1979, p. 47). Da mesma forma, os nativos se rebelavam quando não eram correspondidos em seus acordos para manter a paz. Em 1675, indígenas do sertão pernambucano do São Francisco, persuadidos por um principal, rebelaram-se contra os moradores da região “por lhe faltarem à fidelidade da paz e correspondência que com seus feitores tinham”. Oferecendo-se Francisco Dias d'Ávila, senhor daquelas terras, a ir “conquistá-los”, o governador aceitou, porém, alertando o sertanista para que não se fizesse guerra, uma vez que não seria justificada “pois eles [indígenas] foram provocados pela malícia dos curraleiros” (AHU_CLF_CU, Bahia, Cx.23 – doc. 2691).

Numerosas cartas de sesmaria da segunda metade do século XVII, porém, atestam as alianças entre índios e brancos, mostrando a acomodação, fruto da agência indígena no sertão. Em 1654, o padre Antonio Pereira, administrador da família Ávila, informava que havia obtido a “amizade” aos muitos índios de diversas nações e línguas que habitavam o sertão do São

Francisco, “duzentas léguas da cidade de São Cristóvão” (Documentos Históricos, vol. 19, p. 444). Nos mesmos termos falava o padre, nos anos seguintes, quando “celebrou as pazes” com índios da margem pernambucana do São Francisco.

Esse processo de acomodação entre índios e colonos no sertão é percebido também por meio de cartas de sesmarias que solicitam a regularização da posse da terra de modo a ocupá-la. Numerosos sesmeiros do rio São Francisco solicitaram a confirmação de antigas sesmarias concedidas aos seus antepassados e que permaneciam “despovoadas” após décadas da concessão original. Conforme as petições, a causa de tais terras se acharem “devolutas” era o “receio do gentio que as cultivava”, conforme se lê da solicitação do alferes Sebastião Barbosa de Almeida. “E porquanto agora estão de pazes”, informava, pretendia “cultivar e povoar” (Documentos Históricos, vol. 22, p.157). A partir da década de 1650, portanto, as alianças entre brancos e índios, no sertão, combinada com laços de parentesco, foram os meios essenciais empregados no sertão do São Francisco para o avanço da colonização. Outros mecanismos foram envolvidos, em seguida, para garantir a posse, permitindo a concentração das terras e a formação dos imensos latifúndios para a criação de gado bovino.

À medida em que colonos se estabelecem no sertão, ocupando extensas léguas de terra, no entanto, instala-se a crise e a dissolução final desse espaço intermediário de acomodação, como observou White (1991), “quando os indígenas deixam de ter o poder de forçar os brancos a entrar no *middle ground*”. A documentação fornece pistas nesse sentido. Em 1664, no regimento que o conde de Óbidos passou a Gaspar Adorno para fazer descer, novamente, todas as aldeias de Jacobina para as fronteiras de Iguape, Cachoeira, Maragogipe e Jaguaripe, levanta-se, pela primeira vez, a possibilidade de nativos considerados aliados, não aceitarem a paz com os portugueses. “Pode acontecer”, dispõe o Regimento, “que algumas aldeias ou parte do gentio delas não queiram aceitar a dita paz”. Nesse caso, o capitão-mor deveria obrigá-los, por força das armas, a descer de suas serras para proteger aquelas povoações. As aldeias que resistissem deveriam ser “destruídas e assoladas”, uma vez que a obstinação e resistência em apoiar os brancos, caracterizavam-nas como “aldeias de que desciam o gentio bravo”, isto é, inimigos (DOCUMENTOS HISTÓRICOS, vol. 4, p. 173).

Esse processo é especialmente visível na administração de Alexandre de Sousa Freire. Nas entradas de guerra que enviou ao sertão, a possibilidade de se assentar pazes com indígenas

não é nem mesmo sugerida. O governador apenas informa à Coroa, em 1669, que, na entrada que Francisco Dias d'Ávila fez ao sertão do Paraguaçu, o capitão-mor levou o regimento que pareceu a ele, governador, o “mais ajustado”. (AHU_CLF_CU, Bahia, Cx.20 – doc. 2331). Antes disso, no entanto, já é possível perceber, por meio da documentação administrativa, estratégias que definem ações locais contra os Paiaia e a adoção de medidas coercitivas por parte dos governadores, registrando os primeiros contatos belicosos com estes nativos do sertão.

A transferência de todas as aldeias das Jacobinas para mais perto do Recôncavo, ordenada pelo conde de Óbidos, em 1664, citada acima, é um exemplo de tal atitude. (POMPA, 2001, p. 274). Da mesma forma, o Assento de Alexandre de Sousa Freire torna evidente a mudança de atitude em relação àqueles índios com os quais os governadores firmavam alianças há décadas. O desfecho trágico da entrada de Domingos Calheiros, formada por experientes paulistas que pereceram no sertão de Jacobina, cujos guias eram os Paiaia, foi caracterizado, anos depois, pelo governador, como uma traição, resultado da “perfídia d'estes Paiaia” e serviu para que justificasse seu grito de guerra contra todos os índios rebeldes, expresso no Assento de 1669 (Silva, 1925, p. 33). Nesse caso, o que foi entendido como traição e perfídia dos indígenas, trata-se antes do impacto da agência indígena no desenrolar da história da ocupação do sertão do São Francisco pelos grandes proprietários de terras, que passaram a resistir, por meio da rebeldia.

Em pouco tempo, as autoridades coloniais definiram o tratamento a ser dado aos conflitos entre colonos e nativos que viviam em territórios sobre os quais a colonização avançava: tratava-se de fazer cativas ou exterminar as populações indígenas que não se rendessem aos soldados enviados ao sertão. Durante a administração de Afonso Furtado de Mendonça, nativos do norte e sul do rio São Francisco responderam ao avanço dos currais de gado sobre suas terras, atacando-os. Francisco Dias d'Ávila, potentado do sertão e sesmeiro daquelas terras, se ofereceu ao governador para ir ao rio Pajéu pacificar os “Guesgues” de Pernambuco, fracassando no seu objetivo.

Em certidão passada pelo sertanista, d'Ávila afirmava que “todos os meios para os reduzir à paz” foram tentados. “Reduzir à paz”, para colonos como Dias d'Ávila e outros potentados do sertão, significava, nesse momento, transferir essas populações, que ainda não tinham sido incorporadas ao colonialismo, para suas terras, de modo a ocupá-las em suas fazendas. Caso se recusassem a “colaborar”, fazia-se a guerra. “Rejeitaram tudo e pelejaram com a nossa gente”,

afirmava o sertanista. No combate, cinquenta índios foram mortos e nove feitos prisioneiros (AHU_CLF_CU, Bahia, Cx.31 – doc. 4020), apontando para a desestruturação da política de alianças que predominou nas terras do sertão da Bahia, durante décadas do século XVII, e o acirramento dos conflitos entre nativos e colonos na região.

4. Conclusão

Nesse trabalho procuramos mostrar a influência da Nova História Indígena, inaugurada ainda nos anos 1990, no Brasil, com a obra magistral organizada pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1992), levada adiante por John Manuel Monteiro (1994) e uma geração de historiadores e antropólogos que passaram a orientar suas pesquisas a partir do protagonismo indígena na história. Nesse sentido, utilizamos o termo agência para indicar as escolhas conscientes feita pelos povos indígenas, inserindo-os, assim, no processo de colonização, enquanto agente desse processo, em oposição aos estudos que viam nesses casos apenas o domínio puro e simples, por parte dos portugueses.

Temos como referencial teórico, além dos autores que compõem a Nova História Indígena brasileira, a obra seminal de Richard White (1991), *The Middle Ground*, cujo conceito de *middle ground* ajudou-nos a refletir sobre as formas que assumiram o contato colonial, colocando os povos indígenas como atores nas relações de forças do cenário colonial.

No entanto, afirmar que os portugueses procuraram se aliar aos indígenas na obra de colonização do sertão e que estes, para manter suas vidas ou por interesses ligados à sua organização social, tornaram-se aliados dos colonos, não significa dizer que os indígenas foram poupados da escravização e de maus tratos. Porém, os numerosos registros que dão conta das alianças estabelecidas entre colonos e indígenas não podem ser desprezados. Na década de 1650, as atitudes dos governadores em relação aos índios do sertão do São Francisco se alternaram entre a guerra àqueles que se recusavam descer de suas aldeias e viver no litoral ou próximo do Recôncavo e as tentativas de alianças, com o objetivo de defesa dos povoados e de mão-de-obra para suas fazendas. Como escreveu Manuela Carneiro da Cunha (1992), ter uma identidade é ter

uma memória. A recuperação da história indígena é, assim, um direito fundamental dessas sociedades.

REFERÊNCIAS

FONTES IMPRESSAS/DIGITAIS

Coleção Documentos Históricos

vol. 4, 5, 19, 86

Anais da Biblioteca Nacional

vol. 57

Arquivo Histórico Ultramarino Capitania da Bahia

AHU_CLF_CU, Bahia, Cx.19 – doc.2214.

AHU_CLF_CU, Bahia, Cx.23 – doc. 2691.

AHU_CLF_CU, Bahia, Cx.20 – doc. 2331.

AHU_CLF_CU, Bahia, Cx.31 – doc. 4020.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província de Santa Cruz**, 1576, São Paulo: Belo Horizonte, Edusp, Itatiaia, 1980.

KNIVET, A. **As incríveis aventuras e estranhos infortúnios de Anthony Knivet**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2007.

LERY, Jean. **Viagem À Terra do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

NANTES, Martinho de. **Relação de uma missão no Rio São Francisco** (1706), tradução e comentários Barbosa Lima Sobrinho. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1979.

PIGAFETTA, A. **A Primeira Viagem em Redor do Mundo**. Lisboa: Oficina Do Livro, 2020.

SOUSA, Gabriel S.de. **Tratado Descritivo do Brasil (1570)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

SOUSA, Pero L. de. **Diário de Navegação de Pero Lopes de Souza** (1530 a 1532), 02 Vols, Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1927

SALVADOR, Frei
Vicente do. **História do Brasil**. 1500-1627. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1965.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz F. de. **O trato dos viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria R. C. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

AVILA, Arthur L. de. Rememorando os Filhos de Onontio: Richard White, The Middle Ground e a escrita da história da América do Norte colonial. **História** (São Paulo) v.30, n.1, p. 264-286, jan/jun 2011.

CALMON, Pedro. **História da Casa da Torre**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1939.

CARVALHO JR. Almir D. **Índios cristãos**. A conversão do gentio na Amazônia portuguesa. 1653-1769. Tese de Doutorado, Campinas, 2005.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1979.

CUNHA, Manuela C. da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992.

DANTAS, Beatriz G., SAMPAIO, José A. L. e CARVALHO, Maria R. G. de. “Os povos indígenas no Nordeste brasileiro. Um esboço histórico”. In CUNHA, Manuela C. da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Fapesp, SMC,

FERNANDES, Florestan. **A Organização Social dos Tupinambá**. Brasília: Ed. UnB, 1989.

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário**. Sociedades indígenas e a ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HEMMING, John. **Red Gold**. The conquest of the Brazilian Indians. Londres: Macmillan, 1978.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**, tomo VI, Lisboa, Rio de Janeiro, Livraria Portugália, Civilização Brasileira, 1938.

LIMA, Marcos Galindo, **O governo das almas**. A expansão colonial no país dos Tapuia. 1651-1798. Tese de Doutorado apresentada a Universidade de Leiden, 2003.

METCALF, Alida. The entradas of Bahia of the Sixteenth Century. **The Americas**, vol. 61.3, 2005.

MOISÉS, Beatriz P. “Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)”. In Manuela Carneiro da Cunha (org.). **História dos índios no Brasil**, São Paulo, Companhia das Letras, Fapesp, SMC, 1992.

MONTEIRO, John M. “Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI e XVII”, de John M. Monteiro. In Manuela Carneiro da Cunha (org.). **História dos índios no Brasil**, São Paulo, Companhia das Letras, Fapesp, SMC, 1992.

MONTEIRO, John M. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

POMPA, M. C. **Religião como Tradução**: Missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil Colonial. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH-Unicamp, 2001.

RESENDE, Maria L. C. de. **Gentios brasílicos**: índios coloniais em Minas Gerais setecentista. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Campinas, 2003.

SOUSA, Maria A. S. de. **A conquista do sertão da Ressaca**. Povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista, Edições UESB, 2001.

SCHWARTZ, S. **Segredos Internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**. 1500-1627. 5ªed., revista por Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Willeke, São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.

SILVA, Inácio A. de Cerqueira e. **Memórias históricas e políticas da Bahia**, vol. II, Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1925

WHITE, R. **The Middle Ground**. Studies in North American Indian History). Cambridge University Press, 1991.

WHITE, R. **Esboços**, Florianópolis, v. 27, n. 46, p. 554-602, set./dez. 2020.

Data de aceite: 11/12/2023

Data de publicação: 26/12/2023